AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Educação Ambiental antirracista e as lutas dos povos indígenas[1]

Bárbara Pelacani[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
https://orcid.org/0000-0001-9349-0632

Emerson Ferreira Guerra[3]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
https://orcid.org/0000-0002-3002-2281

Resumo: O encontro da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) com a perspectiva antirracista, é extremamente relevante para compreender os conflitos socioambientais e reconhecer as experiências de enfrentamento ao neoextrativismo. Os povos indígenas e suas trajetórias de resistência são inspiração para a EABC. Apresentamos o Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília em 2022, como campo de estudos. Como metodologia foram analisadas as ações e documentos produzidos no âmbito do evento, os dados foram coletados através de caderno de campo e registros fotográficos. O contato com as comunidades possibilita a elaboração de conhecimento situado, através da *comvivência pedagógica* com grupos sociais impactados pelo racismo ambiental. Desta forma, reconhecemos as forças que emergem dos povos indígenas e entrelaçamos tais saberes com a EABC. Identificamos que atuação dos povos indígenas no ATL reflete estratégias de articulação política, formação e transformação social.
Palavras-chave: Educação Ambiental de Base Comunitária. Povos Indígenas. Acampamento Terra Livre. Racismo ambiental.

Educación ambiental antirracista y las luchas de los pueblos indígenas

Resumen: El encuentro de la Educación Ambiental de Base Comunitaria (EABC) con la perspectiva antirracista es de suma relevancia para comprender los conflictos socioambientales y reconocer las experiencias de enfrentamiento al neoextractivismo. Los pueblos indígenas y sus trayectorias de resistencia son inspiración para EABC. Presentamos el Campamento Terra Libre (CTL), realizado en

[1] Recebido em: 30/11/2024. Aprovado em: 26/02/2025.
[2] Doutora em Psicossociologia de comunidades e Ecologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Gestão e Planejamento Ambiental pela Universidade Veiga de Alimentação (UVA), pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) se formou mestra em Educação, bacharel e licenciada em Biologia. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (Geasur) da UNIRIO. Email: barbara.pelacani@gmail.com
[3] Licenciado e bacharel em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, na qual cursou o mestrado em Geografia e Gestão do Território. É doutor em Geografia e Ordenamento Territorial pela Universidade Federal Fluminense - UFF e professor associado do DEGEO da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, campi Nova Iguaçu, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos. Email: emersonguerra@ufrrj.br

Brasilia en 2022, como campo de estudio. Como metodología se analizaron las acciones y documentos producidos en el ámbito del evento, se recogieron datos a través de cuadernos de campo y registros fotográficos. El contacto con las comunidades permite la elaboración de conocimientos situados a través de la *comvivencia pedagógica* con grupos sociales impactados por el racismo ambiental. De esta manera, reconocemos las fuerzas que emergen de los pueblos indígenas y entrelazamos dichos conocimientos con la EABC. Identificamos que las acciones de los pueblos indígenas en la CTL reflejan estrategias de articulación política, formación y transformación social.
Palabras-clave: Educación Ambiental de Base Comunitaria. Pueblos indígenas. Campamento Terra Libre. Racismo ambiental.

Anti-racist Environmental Education and indigenous peoples' struggles

Abstract: The meeting of Community-Based Environmental Education (CBEE) with the anti-racist perspective is extremely relevant for understanding socio-environmental conflicts and recognizing the experiences of confronting neo-extractivism. Indigenous peoples and their resistance trajectories are inspiration for CBEE. We present the Terra Livre Camp (TLC), held in Brasília in 2022, as a field of study. As a methodology, the actions and documents produced within the scope of the event were analyzed, data was collected through field notebooks and photographic records. Contact with communities enables the development of situated knowledge, through *comvivência pedagógica* with social groups impacted by environmental racism. In this way, we recognize the strengths that emerge from indigenous peoples and intertwine such knowledge with CBEE. We identified that the actions of indigenous peoples in the TLC reflect strategies of political articulation, formation and social transformation.
Keywords: Community-Based Environmental Education. Indigenous peoples. Terra Livre Camp. Environmental racism.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), nos provoca a buscar formas de enfrentamento aos conflitos ambientais que ocorrem na América Latina. Ao tratar de respostas comunitárias, a EABC se põe ao lado de sujeitos prioritários, no presente estudo estes são os que enfrentam o racismo ambiental, os povos indígenas. Para realizar tal aproximação, buscamos compreender as lutas indígenas através de uma imersão no Acampamento Terra Livre (ATL), por sua relevância na organização política indígena contemporânea. Identificamos o acampamento como a reunião de territórios, biomas e povos, de onde germinam processos que podem alimentar a EABC. Buscamos como objetivo central do trabalho trazer aportes antirracistas para a EABC identificando elementos socioambientais e políticos através da análise da atuação dos povos indígenas no ATL.

Ao analisar a questão ambiental contemporânea, Layrargues (2020) reconhece o retrocesso ambiental que vivemos, com uma política pública antiecologista que se colocou em marcha avançada no último governo brasileiro, caracterizado pelo desmonte social e ambiental operado pela extrema direita. Para lidar com tal degradação ambiental é necessária uma leitura ecopolítica das relações humanas com a natureza,

não apenas incorporando novas temáticas, mas com uma análise das relações de poder entre os sujeitos. O engajamento na luta política é para o autor uma contribuição que envolve movimentos de engajamento na esfera pública a fim de inferir nos processos decisórios.

A América Latina é vista globalmente como um território rico que está à disposição para servir aos interesses dos países que se autodenominam como desenvolvidos. Esse processo se inicia com a colonização e perpetua até os dias de hoje com a exploração de produtos primários, como a mineração, a pecuária, a indústria petrolífera e o agronegócio, vendidos como commodities. Tal acumulação de capital se iniciou originalmente na Europa, com a exploração da América Latina, teve, e ainda tem, como consequência, violências de toda ordem contra populações indígenas e negras (Loureiro, 2019). Além da destruição dos bens naturais, o capitalismo normatizou a negação de outras culturas, saberes e espiritualidades, com base em uma ideia de superioridade racial que legitima processos de injustiça e dominação de corpos e territórios.

> Esse fenômeno, chamado neoextrativismo, é um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico pela exportação de produtos primários e na apropriação privada de recursos naturais, em cadeias produtivas pouco diversificadas e em uma inserção internacional subordinada. Para tanto, o Estado, controlado por frações das classes dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação, tem um papel ativo, buscando legitimação principalmente por meio de um incisivo discurso, radicalizado com a posse do novo governo brasileiro em 2019, que defende que o crescimento econômico traz prosperidade e qualidade de vida, e que os impactos ambientais podem ser regulados pela racionalidade do mercado (Loureiro, 2019, p.53).

O neoextrativismo que opera no Brasil identifica a normatização estatal das Terras Indígenas como empecilho para o avanço das atividades econômicas das classes dominantes. Essas relações de produção que visam o lucro orientam a divisão do território e geram conflitos com os grupos sociais que buscam manter suas formas de vida. “A terra arrancada daqueles que dela vivem e criam suas culturas é a fonte originária historicamente determinada da ruptura do equilíbrio metabólico com a natureza” (Loureiro, 2019, p.21). O Neoextrativismo vinculado às economias nacionais na América Latina cria um paradoxo político, pois governos progressistas sustentaram-se na crítica à apropriação dos bens naturais por empresas estrangeiras, mas mantiveram uma política desenvolvimentista com base nestes mesmos bens naturais, com a justificativa do “interesse nacional” (Acosta, 2016). Outros governos, trazem

retrocessos que remontam aos tempos de invasão colonial, como no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro que se encerrou em 2022. Onde todo o país enfrentou um mandato que se direcionou às comunidades, à classe trabalhadora e aos povos indígenas e negros com planos de morte, com ecocídio e genocídio nunca antes vistos ao logo dos 34 anos de Democracia no Brasil (ATL, 2022a).

A educação ambiental tem como finalidade a transformação profunda das relações entre sociedade e natureza, no que diz respeito ao processo educativo. No caso da Educação Ambiental Crítica, este processo é político e tem uma intencionalidade, cabendo sempre a pergunta, com quem construímos os conhecimentos e para que ele será utilizado? (Loureiro, 2019). Tendo como premissa a compreensão dos conflitos socioambientais provocados pelas injustiças distributivas no âmbito do acesso aos bens naturais, compreendemos a importância de olhar para os povos originários e comunidades tradicionais como sujeitos prioritários do fazer pedagógico da EA, assim como para outros grupos subalternizados. Loureiro (2019) nos aponta para a necessidade de diálogo com as lideranças de movimentos sociais e mestres das tradições, onde incluímos os povos indígenas, trazendo inspirações para uma teoria mais profunda na EA, que tenha como base as relações comunitárias e como horizonte a perspectiva antirracista.

Neste caminho, temos a Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), uma vertente da perspectiva crítica que se destaca pelo interesse na construção pedagógica com grupos coletivos com atuação popular, com foco especial nas práxis que emergem dos conflitos na América Latina, (Pelacani, *et al.,* 2020). A EABC tem uma dimensão política comprometida com a compreensão da materialidade-história dos territórios e do posicionamento dos sujeitos de luta (Sarria, *et al.,* 2018), tendo como premissa primeira a construção e reconstrução de saberes ambientais germinados nos territórios e que buscam a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A EABC conecta formação e atuação, ao integrar saberes com vias múltiplas de ensino-aprendizagem, com a retroalimentação entre sujeitos que ocupam distintas posições na sociedade e se relacionam pelas opressões sociais sofridas. Para Pelacani (2018) a luta educa na medida em que forma sujeitos que compreendem seus contextos e sua inserção diante das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Na pesquisa em EA, nesta perspectiva, a vivência em contextos de conflito

e o diálogo em comunidades com sujeitos em busca da re-existência, tem a potência da criação de intervenções sociais organizadas de forma coletiva (Pelacani, *et al.,* 2021).

No Encontro de Pesquisas em Educação Ambiental (EPEA) de 2017, realizado em Juiz de Fora/MG aconteceu uma palestra de Ailton Krenak[4], onde ele afirmou que a Educação ambiental vem sendo tratada de forma simplista, muitas vezes produzindo e reproduzindo preconceitos, valorizando aspectos da realidade do mercado, como se a Educação Ambiental fosse uma orientação para a forma como devemos viver e nos relacionar com os rios, com os quintais, com a comida, com o cosmos, só que pautada por princípios dissociativos, dicotômicos, utilitarista e consumistas. Em contraponto, o pensador indígena nos recorda que a terra é um organismo vivo e nós somos seres que compartilhamos desse organismo, e tudo que temos que aprender está na terra. Devemos aprender formas respeitosas de estar na terra, com envolvimento, ao invés do desenvolvimento. Para Krenak não podemos sublimar a crise civilizatória e humanitária que vivemos, onde a questão do direito dos povos foi transformado em algo desprezível e a humanidade sendo tratada como um carvão para ser queimado e alimentar a máquina do capitalismo.

Precisamos nos reconhecer enquanto parte do todo e entender que o que acontecer com o ambiente vai acontecer com a gente. Educação Ambiental para quem? É uma das grandes perguntas de Ailton Krenak, que dialoga diretamente com o apontamento de Loureiro (2019), que afirma que é necessário saber a quem se endereça a EA. Para Krenak a EA precisa se voltar para trabalhar com a outra parte da sociedade, o povo historicamente excluído por sua origem, raça ou etnia. Sendo assim, esse trabalho define sua proposta de trabalhar uma EA no diálogo com os povos indígenas, que se inspira em suas ações coletivas, para uma práxis que se fortaleça diante dos conflitos socioambientais contemporâneos.

Esta proposta de EA vem em diálogo com o enfrentamento ao racismo ambiental, uma vertente do racismo estrutural que demonstra como alguns grupos sociais - separados por cor, raça ou etnia - ficam com o ônus do desenvolvimento, enquanto outros lucram com a apropriação dos bens naturais. O racismo ambiental opera expropriando territórios, destruindo a qualidade de vida de populações e negando direitos básicos. Os povos indígenas e a população negra são os principais atingidos nos

[4] Arquivo pessoal da autora com a gravação da fala no evento.

conflitos socioambientais, suas lutas são mostradas como mentirosas e usurpadoras, quando não reacionárias e "antiprogressistas", o que contribui diretamente para legitimar um processo de "criminalização" de suas lideranças (Pacheco, 2023).

Com o racismo ambiental, as populações vulnerabilizadas sofrem as consequências da falta de acesso a políticas públicas que promovam a justiça ambiental. O racismo, nesse sentido, se reflete nas práticas de ocupação do solo, na distribuição desigual de recursos e nos projetos de urbanização que desconsideram as necessidades e a ancestralidade dos povos negros e indígenas. A luta contra o racismo ambiental é uma busca por uma sociedade igualitária e justa e é uma pauta urgente para a EABC, trazendo um recorte de raça para as comunidades estudadas.

A ecologia decolonial (Ferdinand, 2022) traz aportes relevantes para a EABC ao interseccionar a luta ambiental com as lutas antirracistas, debatendo as resistências aos processos coloniais e suas consequências estruturais que vivenciamos atualmente na América Latina e Caribe. Malcom Ferdinand (2022) dialoga com teorias negras para propor a descolonização da Ecologia, com uma abordagem crítica às lógicas capitalistas e as heranças coloniais, que moldam relações de poder que operam no acesso aos bens naturais. Para o autor as formas de exploração da natureza vão afetar diretamente populações marginalizadas e provocar desigualdades sociais.

Para Ferdinand (2022) a interface entre degradação ambiental e racismo revela uma reflexão profunda sobre as interseções entre questões ecológicas, sociais e raciais. Segundo o autor, o modelo de desenvolvimento capitalista que se consolidou a partir da colonização tem explorado tanto as populações negras e indígenas quanto os recursos naturais de seus territórios. Essa exploração histórica, além de produzir desigualdades socioeconômicas, está diretamente ligada à destruição ambiental, já que o modelo colonial se sustentava pela extração de recursos naturais, sem considerar as consequências ecológicas a longo prazo, que vivenciamos atualmente. Uma ecologia antirracista precisa então reimaginar um futuro ambiental com respeito a diversidade cultural e que promova o enfrentamento as estruturas e a busca por justiça social.

A educação ambiental em sua perspectiva comunitária centra-se na compreensão crítica que permite analisar a estrutura do modelo de desenvolvimento de nossa sociedade, mirando como os grupos sociais se comportam nos espaços de ação do capitalismo e sua movimentação no modelo de civilização em desenvolvimento. A partir daí, se elabora como as experiências das comunidades situadas nesta estrutura

potencializam transformações sistêmicas em busca de justiça socioambiental (Sarria, *et al.,* 2018).

Ao propor uma reflexão político-epistemológica, a EABC compreende que os sujeitos coletivos que vivem nos territórios têm capacidade para tomar decisões relevantes para a sociedade. Reconhecendo que comunidades se organizam em diversos lugares da América Latina e que seus processos de resistência são pedagógicos, uma visão da EA que busca identificar e dialogar com as lutas que educam (Pelacani, 2018). Atualmente, a importância da perspectiva comunitária é reforçada devido à pressão exercida por governos e multinacionais para assumir o controle dos territórios, especialmente dos bens naturais, sob o rótulo de "desenvolvimento", direcionado a sociedade para um crescimento econômico desenfreado (Sarria, *et al.,* 2018).

Neste sentido, buscamos aprofundar a compreensão da EABC, tendo em vista o contexto de racismo ambiental que incide sobre os povos indígenas, desenhando aportes antirracistas para a EABC através da análise da atuação dos povos indígenas no ATL.

METODOLOGIA

O trabalho se iniciou de uma revisão bibliográfica, pesquisando a temática dos conflitos socioambientais na interface com a educação ambiental e o protagonismo político dos povos indígenas. O campo de estudos apresentado é o Acampamento Terra Livre (ATL) que teve sua décima oitava edição realizada em Brasília em abril de 2022. Como metodologia integramos uma "comvivência pedagógica", os dados foram coletados através de caderno de campo e registros fotográficos, foram analisadas as ações e documentos produzidos no âmbito da ação política organizada e a sua síntese feita a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011)[5].

A 18ª edição do Acampamento Terra Livre - ATL aconteceu entre os dias 04 e 14 de abril de 2022 em Brasília, capital político-administrativa do Brasil. O ATL é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com outras associações. Comitivas de diversos povos saíram de todas as regiões do país, de

[5] Essa experiência no ATL é parte do trabalho de doutorado da primeira autora que se inspira em movimentos coletivos de luta diante dos conflitos socioambientais para compreender as possibilidades de re-existência comunitária, no encontro com o outro, de forma criativa, com escuta ativa, desenhando metodologias que permeiam universos mais diversos de conhecimento. No trabalho é possível ter acesso aos dados empíricos e quantitativos da pesquisa de forma mais abrangente e aprofundada, complementando o recorte aqui apresentado. O trabalho é intitulado "Os quereres e fazeres das mulheres em marcha: A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida" foi defendido no segundo semestre de 2023 no âmbito do doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

barco, avião ou de ônibus, para chegar a esse evento que reuniu 8 mil representantes de 200 povos, do total de 305 povos originários no Brasil. O ATL teve o lema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”[6]. Durante 10 dias o acampamento construiu-se como um espaço de encontros, intercâmbios diversos e mobilizações, bem como de denúncias das ações de morte, ecocídio e genocídio do Governo Bolsonaro.

No âmbito da experiência prática da vivência em EA temos como inspiração teórica-política-metodológica o trabalho desenvolvido por Guimarães (2021), a “comvivência pedagógica” que tem como um dos pilares o diálogo e a troca de experiência com povos indígenas. Um encontro através da mobilização coletiva que é formativo gerando aprendizado intercultural. A “comvivência pedagógica” descrita pelo autor pode ser realizada por pesquisadores, estudantes, sujeitos comunitários, dentre outros grupos sociais, em contextos de mobilização, articulação ou organização social e política que pode vir a ser uma práxis transformadora, com base em trocas e aprendizagens que se complementam em campo. Uma integração das vivências experienciadas com as histórias de vida dos sujeitos que se somam e ampliam as possibilidades de resistência e de práticas pedagógicas. O caráter pedagógico da "comvivência pedagógica” pode ser identificado neste trabalho a partir da convergência dos pesquisadores com as pautas de diferentes territórios, mirando o encontro entre diferentes biomas, lideranças de diversas gerações e povos de línguas diferentes que se integram e se manifestam de forma política.

A metodologia se voltou para mirar os recortes do campo onde foram possíveis observar atos, mensagens e práxis que foram analisados e colocados em diálogo com a EABC, desenhando sua perspectiva antirracista pautada nas ações dos movimentos indígenas organizados.

RESULTADOS

A grandiosidade que marca o ATL é a culminância de um histórico de séculos de resistências indígenas em diferentes contextos regionais e escalas espaciais. Todavia, um fato político, relativamente recente, merece ser ressaltado que é a Constituição de 1988 que foi o marco da redemocratização do país depois de duas décadas de ditadura

[6] Retomar, utilizado no lema, é um verbo que faz alusão às retomadas: estratégia de reterritorialização de alguns povos em partes de seus territórios históricos-ancestrais, usurpados durante o processo de colonização e construção do Estado-nação brasileiro.

militar. Antes desta Constituição a relação do Estado com os povos originários era pautada por uma política tutelar de controle dos territórios e da mobilidade indígena como forma de dominação pela contenção territorial e impedimento de articulações políticas. A visão do Estado, formalizada no antigo Estatuto do Índio de 1973, era de que a condição étnica desses povos seria transitória e que deveriam ser assimilados pela sociedade nacional conforme os ideais positivistas desse período.

A Constituição de 1988 traz mudanças significativas nesta política de Estado, e um deles é o reconhecimento dos direitos dos povos originários de viverem conforme suas culturas, tradições e formas de organização e reprodução social, bem como de criarem suas associações políticas. A partir desse momento há um crescimento do movimento de associativismo indígena e de organização política, que amadurece e se fortalece nas últimas três décadas, bem como seus protagonismos ficam evidentes quando suas ações convergem e culminam em um evento nacional como o ATL (Figura 1).

Figura 1: Marcha dos povos indígenas no Acampamento Terra Livre.



Fonte: Bárbara Pelacani, 2022.

De acordo com a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do país e acontece desde 2004 (ATL, 2022a). A primeira edição do evento surgiu de uma ocupação realizada na frente do Ministério da Justiça, na Esplanada dos

Ministérios, por povos indígenas da região sul e que ganhou adesão de lideranças e organizações indígenas de outras regiões, com destaque para Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME), em suas respectivas áreas de atuação. A APIB relata que sua criação aconteceu em novembro de 2005 por deliberação política construída no Acampamento Terra Livre desse ano. O ATL instituiu um marco histórico para o Movimento Indígena, consolidando as estruturas para a sistemática mobilização nacional dos Povos Indígenas do Brasil. Essas lutas possibilitaram conquistas importantes como a criação do Conselho Nacional da Política Indigenista (CNPI), da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), garantindo a participação de representantes dos povos indígenas em instâncias que tratavam assuntos de seu interesse, relacionados com a promoção dos seus direitos fundamentais.

A edição do acampamento de 2022 foi considerada pela própria APIB como a maior mobilização indígena do mundo (ATL, 2022a). Foram realizadas 5 marchas para demarcar o espaço da Esplanada dos Ministérios e pautar as lutas indígenas diante do Congresso Nacional (Figuras 2 e 3), além de diversas plenárias, reuniões de povos e associações, além de uma vasta programação cultural. Este foi o campo do presente trabalho, o ATL de 2022, criado a partir de uma "convivência pedagógica" para ampliar as noções da EABC com uma perspectiva antirracista.

As marchas que carregavam pautas e encantamentos, ao caminhar manifestavam suas indignações e carregavam suas propostas, convergência de espaço tempo, rompendo limites da expressão colonial que delimita fronteiras. O Ato ouro de Sangue, se conecta diretamente com a temática do trabalho por apontar um conflito socioambiental (Figura 2). Ele foi realizado no Ministério de Minas e Energia, como principal pauta se posicionava contra o Projeto de Lei (PL)191/2020 que tem como intenção abrir precedentes para a mineração em terras indígenas. Esta PL afeta diretamente os povos Yanomami e Munduruku, já impactados pelo garimpo ilegal, que tem a possibilidade de se aprofundar com novas invasões em maior escala. As mobilizações partiam diariamente do acampamento em direção ao Congresso Nacional (Figura 3) e aos ministérios.

Figuras 2 e 3: Marcha contra a mineração em terras indígenas no Acampamento Terra Livre e Ativismo indígena em no Congresso Nacional Brasília.





Fonte: Bárbara Pelacani, 2022 e Emerson Guerra, 2022.

Na tenda central do acampamento aconteceram plenárias com a realização de 25 debates com temas distintos e contando com a participação, no palco, com falas de 130 lideranças, além do público ouvinte. Aconteceram importantes articulações políticas decorrentes do evento como denúncias internacionais na ONU e no Parlamento Europeu, reuniões em tribunais superiores no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e reuniões com as embaixadas da Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. Um fato que merece destaque é que toda a alimentação fornecida gratuitamente aos participantes do evento foi doada e preparada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) garantindo comida saudável e sem veneno todos os dias.

A dinâmica cotidiana do ATL foi marcada pela pluralidade territorial e de origem geográfica dos povos, refletida em uma divisão territorial do acampamento. Cada comitiva ocupava uma porção do espaço com suas barracas e formava sua aldeia

temporária, se reuniam e faziam suas discussões e articulações. Havia, portanto, uma dinâmica constante de reuniões por todos os cantos do acampamento e em tendas intermediárias de associações regionais. Os grupos fizeram suas representações políticas, culturais, estéticas, linguísticas e musicais demonstrando as várias camadas e espectros do que chamamos, genericamente, de resistência indígena. Toda essa diversidade de expressões criou uma atmosfera bastante ilustrativa da dimensão pluriétnica e multilíngue desde a perspectiva dos povos originários, tingindo o centro do poder no Brasil com os pigmentos de urucum e jenipapo, tinturas naturais usadas para pintura corporal.

Vale ressaltar que o ATL não foi sempre assim e que no seu período inicial acontecia com um público bem menor, pouca infraestrutura e com programações que duravam em torno de três dias. É interessante perceber que o crescimento desse movimento é recente e se manifesta de forma concomitante ao crescimento de uma onda conservadora e de extrema direita, expressamente anti-indígena, que tomou de assalto o campo político brasileiro. Diante das constantes ameaças e ofensivas de grupos políticos e econômicos sobre os direitos e territórios indígenas na gestão do governo Bolsonaro, a resposta dos povos originários foi imediata. Eles foram os primeiros a ocupar Brasília em protestos contra o governo e foram uns dos poucos setores da sociedade, senão o único, a manter uma sistemática de manifestações na capital federal. Podemos concluir que no momento do pior cenário político do país, desde o período da ditadura militar, o movimento indígena tem sido a ponta da lança dos movimentos populares no Brasil.

Um dos momentos aguardados do ATL foi a visita do então candidato à eleição presidencial e ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Recebido com euforia, honrarias, rituais em uma plenária lotada, o candidato escutou diversas lideranças que relataram os retrocessos políticos e ofensivas contra seus direitos. Houve, de forma geral, apoio à campanha de Lula, porém com críticas e ressalvas às questões de suas gestões anteriores que impactaram os territórios indígenas. Foi dito, explicitamente, que eles não desejam mais um modelo de desenvolvimento que impacte seus territórios como a expansão do agronegócio e a implantação de grandes empreendimentos, como Belo Monte.

Lula reconheceu que depois de 12 anos desde seu último governo ele pôde repensar e aprender muita coisa. Já em tom de campanha ele prometeu, caso se elegesse, revogar decisões do governo Bolsonaro, inclusive as de cunho anti-indígena. Expressou

seu desejo de contar com o apoio e de governar junto com parlamentares indígenas e foi sugerida a criação de um Ministério dos Povos Indígenas. Por fim, afirmou que os povos originários serão consultados sobre projetos que afetem seus territórios, caso eleito. Nesse sentido, vale ressaltar que isto já é previsto pela convenção 169 da OIT, na qual o Brasil é signatário, mas cuja aplicação efetiva tem se mostrado insuficiente e ineficaz.

Esta proposta de atuação política na campanha indígena aparece no documento final do ATL e na carta compromisso ao Lula, como forma de apoio à sua pré-candidatura como Presidente da República. O movimento propõe um Programa de Governo coletivo e atento às questões urgentes enfrentadas, atualmente. Este processo se iniciou com esta Carta-Compromisso e a participação do candidato no evento e se firmou na eleição de Lula para presidência em 2023. A tomada de posse pelo candidato do Partido dos Trabalhadores deflagra um momento de ampliação da visibilidade e atuação indígena.

Como enfrentamento e resultado das articulações do ATL foi desenhada uma Plataforma Indígena de reconstrução do Brasil (ATL, 2022b). As propostas envolvem uma agenda ambiental, uma proposta de reconstrução das instituições e das políticas públicas indigenistas, reconstrução e retomada dos espaços de participação, que permitam o controle social indígenas e reiniciem o diálogo com as instâncias de decisão governamental. Pontos como educação, saúde e acesso às políticas públicas, seguem sendo prioritários, assim como, a necessidade de ações contra a invasão de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, milicianos e toda forma de destituição da autonomia territorial dos povos originários.

Ressaltamos a importância do eixo 5 do documento final do evento que constitui uma proposta de agenda ambiental, como um dos pontos para uma plataforma indígena de reconstrução do Brasil. Ele é parte das reivindicações do movimento indígena brasileiro e integra o conjunto de propostas apresentadas na plenária final do 18 ATL, como podemos observar no texto original a seguir:

> EIXO 5 – AGENDA AMBIENTAL ■ Propor medidas legislativas e administrativas que estabeleçam mecanismos de rastreabilidade de produtos, em respeito à devida diligência, para garantir que não sejam resultantes de conflitos territoriais, explorações ilegais de Tis, e áreas ilegalmente degradadas; ■ Retomar os compromissos e ambições ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e em outros acordos internacionais do clima e meio ambiente; ■ Reestruturar o ICMBio e o IBAMA, garantindo autonomia

> funcional, rigor técnico, servidores públicos e orçamento adequado para que cumpram suas missões institucionais de defesa dos biomas brasileiros; ■ Reconhecer a contribuição dos Povos Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais na preservação da biodiversidade brasileira, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas, como as brigadas indígenas anti-incêndio (ATL, 2022b, p.4).

Tais pontos são o principal encontro nítido que podemos observar da EA com as pautas dos povos indígenas. É um eixo propositivo, que integra demandas de cumprimento de políticas públicas e reconhecendo a integração com outros grupos sociais, uma inspiração para a EABC.

Como enfrentamento efetivo, a luta indígena se amplia e se fortalece pensando a escala de poder e encarando o cenário da política brasileira como palco dos conflitos desvelados nos territórios. Ao propor o aldeamento político, as lideranças organizam de forma estratégica a inserção dos indígenas em cargos parlamentares para tentar construir uma bancada indígena no Congresso: A bancada do Cocar (adorno plumário usado na cabeça) que busca um contraponto às bancadas do Boi (ruralistas), da Bala (comércio de armas) e da Bíblia (evangélicos). Diante desses desafios, a frase que ecoou pelas vozes dos povos originários no Acampamento Terra Livre foi “e diga ao povo que avance! Avançaremos.”.

As pautas discutidas no ATL dão a dimensão dos desafios históricos e cotidianos enfrentados pelos povos indígenas no Brasil. Todavia, conforme afirmou Sônia Guajajara em um discurso na ONU em 2019, a luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas. Os conflitos territoriais denunciados e enfrentados pelos povos indígenas são responsáveis pelo quadro de degradação ambiental que avança sobre os seus territórios. Uma das formas de resistência defendida pelas lideranças indígenas é o movimento de aldear a política, ou seja, ocupar cargos políticos no quadro do Estado. Nesse sentido, Sônia Guajajara reforça que:

> Não vamos enfrentar, porque a gente quer, porque a gente está atrás de cargos ou de regalias. Não. É porque nos cansamos de ver nossas crianças sendo sugadas pelas dragas do garimpo ilegal, crianças sendo contaminadas pela lama. A lama que não vale a vida de ninguém. Não queremos mais ver nossas florestas sangrar, os animais serem queimados, o agronegócio adentrar nos nossos territórios, matando com veneno as crianças que ainda estão no útero da sua mãe, crianças sendo degoladas. Não queremos mais ver nossas mulheres sendo violentadas, assassinadas e o estado não tomar nenhuma providência (ATL, 2022a, p.7).

O Documento final (ATL, 2022b) produzido nesse evento sintetiza o quadro de conflitos socioambientais e territoriais agravado pelo governo Bolsonaro, em sua

atuação expressamente anti-indígena e de incentivo à invasão, grilagem e exploração econômica dos territórios indígenas, em desacordo com a legislação brasileira conforme o que estabelece o artigo 231 da Constituição Federal. O documento produzido pelos povos indígenas defende a luta por um projeto civilizatório de país e de mundo, baseado "nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente e com a Mãe Natureza; um projeto que respeite a diversidade étnica e cultural do país" (ATL, 2022b, p.5).

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate elaborado no presente trabalho acerca das articulações e construções políticas indígenas que emergiram no evento ATL à luz das referências da EABC nos possibilita apresentar a importância dos protagonismos comunitários, por meio de suas lideranças, enquanto forma de resistência aos processos históricos de racismo ambiental. A defesa da vida e do ambiente emerge dos territórios de centenas de povos indígenas em todos os biomas no Estado brasileiro. Eles lutam incessantemente contra a invasão territorial, usurpação dos recursos naturais e todo tipo de violência associada ao avanço de atividades capitalistas predatórias, sendo inspirações imprescindíveis para o campo da EA contemporânea.

Para além da crítica, os povos indígenas inspiram uma EABC propositiva, como por exemplo através da criação de um instrumento representativo. A Plataforma Indígena de reconstrução do Brasil, resultado das articulações entre os povos, incorpora propostas centradas em questões ambientais e no fortalecimento das políticas públicas para os povos indígenas. O foco em áreas como educação, saúde e controle territorial ressoa diretamente com a abordagem da EABC, que defende uma educação ambiental contextualizada nos saberes e práticas situados. A proposta de retomar a autonomia sobre os territórios e enfrentar as invasões de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, é um reflexo claro da luta contra a lógica neoextrativista, que ameaça a autonomia dos povos originários.

Em suas propostas de preservação da natureza se posicionaram no enfrentamento aos conflitos no eixo 5, na Agenda Ambiental, onde buscaram apresentar estratégias na busca pela garantia dos compromissos ambientais através de políticas públicas, reconhecendo as suas contribuições na preservação da biodiversidade brasileira, ações relevantes que merecem destaque no combate ao racismo ambiental.

O ATL é um exemplo de luta e organização, onde os povos indígenas marcham em defesa da demarcação dos territórios, e se mobilizam contra os conflitos socioambientais, na busca por participação e controle social. Neste sentido, a "comvivência pedagógica" (Guimaraes, 2021) se desvelou como prática de encontro com processos de lutas que podem ser identificadas como educativas, como apontado por Pelacani (2018), experienciadas com o movimento que se concentrou no centro político brasileiro, no acampamento em Brasília. Fluxo de pautas e estratégias de sujeitos coletivos que depois retornou para os territórios com as lideranças que participaram da mobilização levando a energia da luta de volta para suas comunidades. O ATL, ao reunir saberes e práticas de diferentes povos indígenas, se configura como um espaço de produção de conhecimento, formação de lideranças e elaboração de ações que buscam a resistência comunitária e o enfrentamento nas distintas esferas de poder.

As marchas contra a mineração e contra o Projeto de Lei do Marco Temporal, demonstram a articulação do movimento indígena com as questões socioambientais. São atos de resistência, que através da "comvivência pedagógica", podem evidenciar práticas de EABC antirracista, fazendo com que tal perspectiva não se limite a uma teoria, mas se desdobra em ação política e resistência, experienciadas no campo.

As negociações políticas conduzidas durante o ATL, incluindo encontros com entidades internacionais, tribunais superiores e embaixadas, simbolizam uma estratégia de envolvimento com o sistema político e econômico. Este movimento ecoa as críticas de Ailton Krenak (2018), que defende que a educação ambiental deve ser direcionada aos historicamente marginalizados e que a resistência indígena deve ser reconhecida como um componente de um processo coletivo de mudança que reestabelece a ligação com o território e o ambiente. As denúncias apresentadas na ONU e em outros fóruns internacionais servem como instrumentos de pressão para assegurar os direitos dos povos indígenas e lutar contra as políticas de destruição dos territórios.

A análise do ATL pode ser ampliada à luz da EABC antirracista ao valoriza os conhecimentos e práticas das comunidades, especialmente as indígenas. Reconhecemos desta forma que a EABC não é apenas um processo educativo, mas também uma ferramenta de resistência política contra os modelos de desenvolvimento hegemônicos que promovem a exploração ambiental e social. Os posicionamentos contra a mineração, o agronegócio e os grandes empreendimentos, refletem as críticas que a

EABC faz sobre os impactos sociais e ambientais de um modelo de desenvolvimento que nega as culturas indígenas e perpetua o racismo e a exploração dos territórios.

O grave cenário de conflitos socioambientais no Brasil impulsiona uma articulação política multiescalar de resistência dos povos indígenas. Ao mesmo tempo que os povos resistem em seus territórios, por meio de suas associações em escalas locais e regionais, observamos o movimento de inserção de lideranças e representantes indígenas no quadro político do Estado com a estratégia de composição de uma bancada do Cocar. Esse movimento de Aldear a Política parte da inserção da identidade indígena no campo político nacional para defesa das pautas territoriais e ecológicas. Configura também um espaço educativo que se forja entre as organizações indígenas e que forma novas lideranças na perspectiva da EABC antirracista, através de práxis transformadoras históricas, concretas e coletivas.

Algumas propostas de aldear a política se concretizaram no governo eleito de 2023, com Luiz Inácio Lula da Silva como presidente foi criado o Ministério dos Povos Indígenas, com Sônia Guajajara como Ministra. Além disso, ocorreu a eleição de mulheres indígenas deputadas, como a liderança Célia Xakriabá, com isso se iniciou a constituição da Bancada do Cocar no Congresso Federal. Ademais, o órgão responsável pelas questões indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) está sendo presidida por uma mulher indígena, Joênia Wapixana. Avanços articulados no ATL de 2022 que buscam garantir a visibilidade, a manutenção dos direitos adquiridos na Constituição de 88 e apontam para reconstrução de políticas públicas e criação de novos percursos para um país mais diverso e ambientalmente justo.

Embora o movimento indígena esteja alinhado ao Governo Federal, o Congresso Nacional atualmente é composto por uma maioria organizada em bancadas que se articulam em torno de pautas conservadoras e anti-indígenas que privilegiam os interesses econômicos que impactam os povos e os territórios. Isso mostra que o desafio é mais amplo do que garantir a eleição de representantes políticos favoráveis às pautas indígenas e o desafio maior é descolonizar o campo político brasileiro com uma mudança necessária do perfil majoritário do Congresso Nacional. Uma EABC antirracista precisa estar amplamente ligada ao campo politico do país, refletindo acerca dos desafios socioambientais das comunidades e materializando suas lutas.

Os resultados apresentados trazem aportes para a EABC com destaque central para a mobilização e luta dos povos indígenas. Elencamos os principais pontos que

podem nutrir uma perspectiva antirracista da EA, sendo eles: As lutas coletivas em defesa dos povos, de seus territórios e das políticas públicas que garantem seus direitos; Participação e articulação política, com representatividade e mobilizações sociais, através de diversas formas de atuação e organização, tanto no nível local comunitário quanto na escala internacional; Propostas para gestão pública com base na integração de saberes dos povos indígenas, com recorte socioambiental e crítica ao modelo neoextrativista em curso.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo – duas faces da mesma maldição. *In:* DI-GER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo; F. Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; Elefante, 2016, p. 46-87.

ATL. Acampamento Terra Livre. **Revista do Acampamento Terra Livre**. 2022a. Disponível em: https://apiboficial.org/atl2022/ Acesso em 05 janeiro 2023.

ATL. Acampamento Terra Livre. **Documento final do Acampamento Terra Livre 2022**. 2022b. Disponível em https://apiboficial.org/2022/04/14/atl-2022-povos-indigenas-unidos-movimento-e-luta-fortalecidos/ Acesso em 01 de janeiro 2023.

ATL. Acampamento Terra Livre. **Histórico do Acampamento Terra Livre**. 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/historicoatl/ Acesso em 05 janeiro 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental e a "comvivência pedagógica":** Emergências e transformações no século XXI. Papirus, 256 p., 2021.

KRENAK, Ailton. Ecologia política – carta manifesto. *In:* **Ethnoscientia,** v. 3, n. 2 - especial, p. 1-2, jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/viewFile/10225/Krenak%202018 Acesso em 03 janeiro 2023.

LAYRARGUES, Philippe. P. Pandemias, colapso climático, antiecologismo: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

MARTÍNEZ ALIER, Joan**. Entre la economía ecológica y la ecología política**. Sin Permiso, Disponível em: https://www.sinpermiso.info/textos/entre-la-economa-ecolgica-y-la-ecologa-poltica Acesso em 05 janeiro, 2023.

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental**: expropriação do território e negação da cidadania. 2022. *In*: Combate Racismo Ambiental. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/ Acesso em 05 jan. 2023.

PELACANI, Bárbara. **As lutas que educam na América Latina:** a Educação Ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia. 2018. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações PPGEdu-UNIRIO, 2018.

PELACANI, Bárbara; GARCÍA-PARRA, Renzo; VERA-RODRÍGUEZ, Jorge; & SÁNCHEZ, Celso. Las luchas que educan: La educación ambiental de base comunitaria y las consultas populares en el conflicto minero en Colombia. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, (número especial), p. 331-352, 2020.

PELACANI, Bárbara; MENEZES, Anne; CAMARGO, Daniel; SÁNCHEZ, Celso; STORTTI, Marcelo. 2021. Educação ambiental de base comunitária e a luta pela água. **Praxis & Saber**. v. 12, n. 28, p. 1-16. DOI: 10.19053/22160159.v12.n28.2021.11470

SARRIA, Jairo Andrés Velásquez; PELACANI, Bárbara; ESPINOSA, Gloria Marcela Flórez; CAMARGO, Daniel Renaud; SÁNCHEZ, Celso. La Educación Ambiental Comunitária: Reflexiones, problemáticas y retos. *In:* KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso; CAMARGO, Daniel Renauld; STORTTI, Marcelo Aranda; COSTA, Rafael Nogueira. **Educação Ambiental Desde el Sur**. Macaé: Editora NUPEM, 2018, p. 43-67.